



*“O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir **uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores.** O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. Manifesto da Fundação, 10 de fevereiro de 1980.*

Muda PT, Lutar é o Caminho. Lula 2026!

Passados 45 anos, devemos revisitar e reafirmar os motivos que nos levaram a construir o PT. As ideias de liberdade, igualdade e democracia somente serão possíveis com a construção de uma sociedade socialista, na qual o poder político e as riquezas da nação estejam sob a direção das classes trabalhadoras.

Derrotar a extrema direita exige combinar a questão democrática com a luta frontal contra o neoliberalismo. Só teremos um destino melhor para trabalhadoras e trabalhadores se os modelos econômicos e políticos do capitalismo forem derrotados.

O mundo: os desafios da luta socialista e antifascista

Vivemos num mundo envolto numa crise que articula os aspectos econômico, ambiental, social, político e cultural, fruto do atual estágio do capitalismo e resulta em guerras e mais opressão política, de gênero e racial.

O fascismo contemporâneo é fruto dessa etapa do desenvolvimento capitalista, na qual, a expropriação, a exploração, a devastação ambiental, a acumulação de riquezas dependem do arrocho de salários e direitos, da privatização de ativos do Estado e do controle dos fundos orçamentários.

A extrema direita atual, como o nazismo e o fascismo fizeram no século passado, se apropria retoricamente dos estertores do modelo econômico e político vigente para impor seus valores, suas ideias, apontando o hipercapitalismo como uma solução antissistema.

A eleição de Trump, agora com maioria no Congresso Nacional e uma maioria conservadora na Suprema Corte, além de imprimir uma agenda de violências contra as classes trabalhadoras, as mulheres, os negros e latinos, contra toda a diversidade sexual e de gênero, reforça a extrema direita no plano internacional e na América Latina. A política de imposição de tarifas unilaterais extras, desmonta a retórica liberal que ele mesmo e seus seguidores — incluindo os bolsonaristas — usaram por anos.

O tarifaço destrói a ideia de que o “mercado se autorregula” e que “governo bom é governo que não interfere”. Trata-se de uma medida profundamente intervencionista, que escancara a interferência do Estado sobre a economia americana, mesmo em prejuízo de parceiros comerciais. É o próprio símbolo do capitalismo estadunidense rasgando os manuais liberais.

O PT precisa estar à altura da grave crise do capitalismo mundial e dos regimes de democracia liberal, cujos tentáculos sufocam o nosso país. O crescimento da extrema direita, ameaça política mais imediata, é produto da decomposição de um sistema que nada mais tem a oferecer senão empobrecimento, desigualdade, destruição ambiental, autoritarismo e guerras. E que exalta a violência como demonstração de força e poder, acirrando conflitos entre grupos sociais, entre os indivíduos, na destruição dos direitos e como legitimação até a guerra.

É urgente afrontarmos a ruína da ordem neoliberal da qual Trump é só uma das expressões mais mórbidas. Nosso partido não pode acomodar-se ao banho-maria de um fim de ciclo estendido ao limite de um tipo de fascismo. Ademais a resistência, em especial, do povo palestino contra o genocídio cometido pelo Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos e as demais potências capitalistas, exige nosso engajamento na luta antifascista.

O partido precisa reafirmar a sua trajetória anticolonial e anti-imperialista. A construção de um bloco contra hegemônico deve ser reafirmada como eixo principal da política externa, com o objetivo de libertar os povos do mundo das amarras ainda restantes da ordem unipolar. Por isso, também, expressamos nossa fraterna solidariedade aos povos e nações, que sofrem com o infame bloqueio e com as ameaças do imperialismo.

A unidade latino-americana para enfrentar as ameaças colonialistas será outra frente importante, inclusive para que a América Latina não recue do papel do Estado na indução de um processo de desenvolvimento econômico.

A ampliação dos Brics também compõe o movimento internacional necessário em defesa da democracia, da paz, da erradicação da miséria e da elevação material e cultural da vida em escala internacional. Neste cenário, a luta pela paz segundo as melhores tradições socialistas é fundamental.

Mais que nunca, a luta pela democracia e o socialismo devem andar juntos. A união dos socialistas internacionalistas é fundamental e deve buscar novas formas de organização.

Vencer a extrema direita e o neoliberalismo – o desafio estratégico de 2026

Consideramos que nosso desafio estratégico central do próximo período é : a luta pela vitória em 2026! Esta vitória possível está hoje sob crescente ameaça.

O Brasil está premido pelo confronto entre as forças democráticas e populares, de um lado, e extrema-direita, de outro. Essa contradição, decisiva no período atual, expressa a disputa entre campos antagônicos.

Consideramos que qualquer tentativa de esmorecer ou enfraquecer essa polarização, ainda mais de forma unilateral, desarmaria perigosamente o governo Lula e o PT. A vitória sobre o bolsonarismo e seus cúmplices somente será possível se a esquerda reforçar sua identidade programática e difundi-la cada vez com maior coragem e vigor.

Fenômenos como o bolsonarismo, de forma semelhante ao que se passa em outros países, têm origem em setores empresariais que aspiram modelos de governo ainda mais autoritários para impor com velocidade e radicalidade as reformas liberais de seu interesse.

No Brasil, as eleições municipais de 2024 mostraram a força da direita neoliberal e a resiliência do bolsonarismo, inclusive em setores populares. Diante de uma herança catastrófica dos governos Temer e Bolsonaro, enfrentando campanhas neoliberais permanentes da mídia empresarial e das redes de ódio da extrema direita, o governo Lula ainda não conseguiu construir as condições para uma aprovação popular decisivamente majoritária.

Neste quadro dramático, é preciso fazer valer o princípio da esperança, que se apoia fundamentalmente na consciência, na organização e na defesa dos direitos das classes trabalhadoras, das mulheres, dos oprimidos pelo racismo e pelas discriminações.

Esta vitória possível contra a extrema direita neoliberal será provável apenas se todas as nossas forças unidas provarem para a maioria do povo brasileiro que estão dispostas e são capazes de garantir seus direitos fundamentais contra a barbárie do capitalismo neoliberal.

Maiores serão as dificuldades se o governo Lula e o PT não demonstrarem claramente que seu programa é a superação desse sistema pela via da radicalização democrática, do desenvolvimento acelerado e sustentável, da soberania nacional, da justiça social, da busca do bem-viver.

Alianças são importantes para termos forças suficientes para implantar esse programa. Não podemos, no entanto, sacrificar nossa identidade ou rebaixar nosso projeto para compor esses acordos, sob o risco de perdermos o apoio e o interesse de nossa base social.

O Pacto da Esperança que elegeu Lula em 2022 precisa ser agora decisivamente renovado e aprofundado. Mas para isso é preciso mudar com urgência, de forma convergente e com o máximo de unidade:

- A capacidade do governo em realizar políticas práticas e emergenciais que alterem de modo qualitativo a situação dramática de carências que ainda vive a maioria do povo brasileiro, após tantos anos de regressão social apenas parcialmente alteradas nestes dois primeiros anos de governo;
- A capacidade do PT renovado em sua direção, em democracia e unidade militante, em liderar campanhas que criem a legitimidade para os avanços democráticos e sociais contra as forças da extrema direita, do capital financeiro e do agronegócio;
- A retomada das campanhas nacionais dos movimentos sindicais e sociais, empenhados de forma unitária em reconstruir as suas raízes organizativas e seus diálogos comunicativos com as suas bases.

Nosso governo já dá alguns sinais de mudança, ainda incipientes, mas é preciso mais. Elas são importantes, mas só serão eficazes quando acompanhadas de mudanças na política econômica, com medidas reais a favor do povo e de um rumo novo na forma de fazer a disputa política incorporando a participação e mobilização popular.

São fundamentais os avanços na reconstrução das políticas públicas e na conquista de indicadores econômicos positivos – como o crescimento do PIB, a redução drástica do desemprego, a paulatina eliminação da miséria e a elevação dos salários.

Entretanto, para além das ações de reconstrução, temos de agregá-las a outras medidas em um programa cujo objetivo seja a construção de um novo modelo econômico e político que possa encantar corações e mentes. Que seja capaz de entusiasmar as juventudes, afastar o desânimo e o desalento, fazendo bater forte o coração do petismo.

É central atuar com resistência às pressões do capital financeiro, que se movimenta para abocanhar o orçamento público, em nome da austeridade, tentando impedir a aplicação das políticas de justiça social e desenvolvimento. Mais que isso, é preciso rechaçar os apelos à despolarização, que nos levaria para uma desastrosa transição para o centro, com um forte rebaixamento ideológico, programático e organizacional.

Podemos e devemos propor um conjunto de reformas estruturais. A começar pela reforma do imposto de renda, já apresentada pelo governo, que isenta o pagamento para quem ganha menos de cinco mil reais mensais e que taxa os super ricos. Ou seja, dar ênfase às duas pontas: menores taxas para os de baixa renda e taxa maior dos super ricos. É essencial dar centralidade às lutas contra a escala 6 x 1, com redução da jornada para 36 horas semanais sem redução salarial; pela ampliação da reforma agrária; pela construção de uma política de segurança pública que desmilitarize o aparato policial; e, a retomada do debate sobre a reforma política, entre outras agendas do nosso programa. Ter iniciativas consistentes e práticas para mudar a lógica da economia, dando ênfase à redistribuição dos bens públicos, com uma política de cuidados que coloca a centralidade da vida no foco dinamizador da economia.

É preciso sair das limitações impostas pelo torniquete do arcabouço fiscal, liberando recursos para que o Estado possa investir pesadamente em um novo ciclo soberano de desenvolvimento e enfrentar os desafios do cenário internacional que vai se formando, no qual as principais potências capitalistas abandonam as políticas de austeridade para reforçar sua economia. E reverter, imediatamente, a política de elevação da taxa de juros como tem sido a dinâmica do Banco Central.

Esses passos somente serão possíveis se o PT agir, e convencer o governo para uma aposta na mobilização social. Precisamos voltar a ter um pé nas instituições e outro na organização popular, desencadeando uma legítima e forte pressão, de fora para dentro,

sobre o Congresso e o Poder Judiciário. Não apenas agora, para rechaçar as maquinações a favor da anistia dos golpistas do 8 de janeiro, mas como uma das formas de oferecer governabilidade social ao presidente Lula.

Defendemos uma necessária mudança de rumo no governo e no partido.

O que nos move é a esperança concreta de que é possível vencer! Em torno dela, queremos formar um amplo movimento militante para construir uma direção partidária capaz de encarar o desafio histórico comum: vencer a extrema direita e o neoliberalismo.

A vitória em 2026 não está dada precisamente porque o nosso governo vem sofrendo o constante cerco conservador e neoliberal do Congresso e do mercado financeiro, do qual se aproveita a extrema direita.

Por outro lado, e isto é parte do problema estratégico, nossas forças não estão mobilizadas para essa disputa. A ideia simples de que basta apoiar o nosso governo não compreende que os grandes conflitos na sociedade também convergem para dentro do governo. A eleição de Lula moveu a conjuntura para a esquerda, mas a disputa de programas que expressam interesses de classe antagônicos continua. O partido é imprescindível para defender a realização do nosso programa.

A maioria conservadora do Congresso tem sequestrado importante parcela do orçamento público e impedido iniciativas democráticas mínimas. O rentismo organizado, com juros exorbitantes, mina o investimento e as políticas sociais, exigindo fatias cada vez maiores da renda nacional para os mais ricos. Preparam o terreno para um governo de direita ou, pior, o retorno da extrema direita em versão ainda mais autoritária e com mais elementos fascistas. ***Para vencer em 2026, é preciso efetivar os compromissos feitos com as classes trabalhadoras e o povo brasileiro do programa de governo eleito em 2022.***

O caminho que historicamente o Partido dos Trabalhadores tem trilhado para enfrentar e vencer os cercos das classes dominantes é o da conquista da maioria popular. Para isso, é preciso ser efetivo no cumprimento de nosso programa democraticamente eleito em 2022.

A estratégia central da oposição da extrema direita neoliberal é exatamente a de impedir a aplicação do programa eleito e, ao mesmo tempo, acusar o governo Lula de não cumprir as suas promessas feitas aos trabalhadores e ao povo brasileiro. Procuram sempre desfocar, deturpar e mentir sistematicamente sobre as muitas iniciativas positivas e

progressistas tomadas pelo governo. Por outro lado, devemos ser críticos às concessões que retiram direitos do povo trabalhador e transferem renda aos ricos. Nosso programa exige coerente caminhar na direção de uma sociedade com mais igualdade e liberdade.

Há neste terceiro ano do governo Lula uma disputa explícita sobre a legitimidade do programa do eleito em 2022 e sobre a agenda política do país. O PT tem um papel fundamental para desbloquear o caminho da implantação do programa econômico e social do governo Lula. Tem, igualmente, o desafio de isolar a extrema direita e construir uma agenda democrática combativa, com a punição dos golpistas e com reformas para abrir a democracia à participação popular.

É a superação dos entraves econômico-sociais e a agenda democrática que podem produzir uma vontade majoritária, popular e democrática, ampla o suficiente para vencer em 2026. Esta maioria popular e democrática, representada pelas classes trabalhadoras, deve integrar com centralidade os direitos das mulheres, da população negra e indígena, das lutas feministas e antirracistas, além dos direitos da comunidade LGBTQIA+.

É, ao mesmo tempo, este programa que pode estimular um novo ciclo de unidade das esquerdas e impulsionar um novo ciclo nacional de mobilizações dos movimentos sociais. O programa e mobilização das forças que o defendem podem retomar um governo bem avaliado, com a unidade democrática popular renovada, atraindo para si forças de centro-esquerda e setores antibolsonaristas, convergindo com um novo ciclo de mobilizações nacionais unitárias, criando um cenário político favorável à reeleição do governo Lula.

Retomar o programa eleito em 2022

É preciso dialogar com todas as forças de esquerda e progressistas do país em busca de um programa comum. É nosso compromisso irrevogável a melhora qualitativa e decisiva nas condições de vida das maiorias do povo trabalhador, em particular seus setores mais pobres.

É fundamental colocar radicalmente o pobre no orçamento com saúde, educação, política de cuidados, segurança alimentar, aposentadorias, salários e jornadas de trabalho dignas.

O controle da inflação, em particular do preço dos alimentos, deve ser prioritário, aprofundando as conquistas no combate à fome. Para isto, é necessário retomar com força

uma política de reforma agrária e de incentivo e regulação à produção de alimentos pela agricultura familiar.

Devemos estabelecer uma meta histórica de valorização do salário-mínimo, compatível com uma vida em dignidade. Garantir a isenção do Imposto de Renda (IR) aos que têm renda de até 5 mil é medida tributária justa, que será apoiada por camadas importantes dos trabalhadores e trabalhadoras. O fim da escala 6x1, junto com o esforço de garantir cada vez mais empregos qualificados, é fundamental para retomar os direitos do trabalho e de organização das classes trabalhadoras.

A educação pública, sem intervencionismos de fundações e instituições privadas e das formas mercantis como as parcerias público-privada, é essencial e precisa ser a coluna vertebral da política educacional brasileira. E nesta política, fortalecer o piso nacional dos profissionais da educação, a política nacional de formação, concurso público, a carreira e salário dignos, como também, o investimento público na formação de pesquisadores (as) na graduação e pós-graduação que estimulem a formação destes (as) pesquisadores(as). E garantir o debate público sobre um conteúdo educacional libertário, de reforço da cidadania.

Após a experiência trágica da pandemia da Covid, o negacionismo de Bolsonaro e o papel fundamental cumprido pelo SUS e seus trabalhadores e trabalhadoras na defesa da vida dos brasileiros, tornou-se urgente enfrentar uma conjuntura de crise sanitária que se seguiu. É essencial dar plenitude à construção do SUS público, com financiamento necessário para sua qualificação e universalização, para construir uma carreira aos profissionais públicos da área e garantir o direito à saúde com qualidade e dignidade para a população.

A retomada do governo central do país permitiu reestruturar um conjunto de programas desativados pela verdadeira intervenção militar sofrida pela área, mas ainda está aquém dos compromissos assumidos em campanha. A recuperação da popularidade do governo passa incontornavelmente pela defesa da vida dos brasileiros com a implementação plena da construção do SUS.

Nada disso será possível sem enfrentar e vencer a política de juros exorbitantes conduzida pelo Banco Central “independente”. Ela transfere parte expressiva do orçamento nacional às camadas mais ricas, concentra renda, reduz investimentos e empregos, multiplica o endividamento das famílias brasileiras. Uma política pública de diminuição dos juros e uma campanha política contra o escandaloso rentismo terão certamente uma

acolhida popular e nos setores produtivos, além de liberar o orçamento federal para o investimento no desenvolvimento e em políticas sociais.

Está em curso uma disputa central na sociedade brasileira que se dá em torno do julgamento dos golpistas, a começar por Bolsonaro e pelos militares de alta patente envolvidos, além de seus financiadores. Hoje, a maioria da sociedade brasileira apoia estas demandas democráticas. Esta maioria precisa ser politicamente fortalecida em sua legitimidade e força, pois o governo Trump certamente procurará agir politicamente em defesa da extrema direita neoliberal também no Brasil.

Os dois primeiros anos do governo Lula foram marcados pela diminuição do desmatamento da Amazônia, mas também por desastres e crimes ambientais. Há hoje na sociedade brasileira, após tantos desastres e crimes ambientais, uma forte e majoritária consciência ecológica que precisa ganhar centralidade de agenda e investimento pelo governo Lula.

É preciso proteger populações tradicionais e agricultores familiares, com ênfase na agroecologia e com políticas para eliminar agrotóxicos. Um amplo processo de transição energética justa deve ser desencadeado. Neste caminho, o Governo Lula deve retirar da pauta projetos como a perfuração na Foz do Amazonas para encontrar petróleo, que tem forte impacto ambiental, colocando em risco toda a biodiversidade local.

Uma dimensão fundamental do programa diz respeito aos nossos compromissos com o aprofundamento das dimensões participativas da democracia. Defendemos o fim das emendas parlamentares e da corrupção eleitoral pelos poderes econômicos, o voto em lista partidária e paritária em relação às mulheres e com representação étnica proporcional, fim dos privilégios parlamentares e de cargos executivos. Esta agenda democrática é fundamental para defender a democracia e estabelecer nitidamente a crítica ao sistema atual de representação, fortemente antidemocrático.

Somente iremos construir uma nova correlação de forças, na sociedade e nas instituições, se o partido e o governo deixarem patente que lutamos para enterrar essa ordem moribunda, esforçando-nos para educar, informar, organizar e mobilizar o povo nessa direção. Essas tarefas devem integrar uma nova cultura partidária na qual a formação e a comunicação se transformem em instrumentos de organização e mobilização.

Muda PT – o Partido precisa mudar o rumo também na sua organização

O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Manifesto da Fundação do PT, 10 de Fevereiro de 1980.

O governo Lula constituiu-se por meio de uma ampla frente eleitoral. Nele abrigaram-se lideranças e legendas que divergem do nosso projeto estratégico. Temos compromisso em defendê-lo, dentro e fora do Congresso Nacional, mas seus rumos devem ser disputados, como fazem os demais partidos que o integram.

O PT não pode, portanto, se transformar em uma simples caixa de repetição da administração federal. Precisa, antes de tudo, posicionar-se coletivamente em torno das grandes questões nacionais, em defesa do nosso programa, em defesa dos interesses das maiorias sociais e contra vorazes apetites do lucro. Defendemos que o partido coletivamente debata e defenda nosso programa, organize reflexões com o governo e a sociedade antes de votações parlamentares em um Congresso conservador e neoliberal.

Para vencer em 2026 nosso partido tem que ser capaz de representar um programa de conquistas materiais e de anseios de igualdade e liberdade da classe trabalhadora, revertendo um processo de perda de identidade programática e de representatividade da classe social.

Nosso partido, para dar conta de suas tarefas, precisa de uma profunda reforma organizativa, que somente pode ser realizada se nossa linha política puder mobilizar a militância.

Precisa que suas direções e sua militância restabeleçam a presença territorial com interação e convivência com nossas bases militantes e simpatizantes. Precisa construir novos diálogos com a maioria da sociedade, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda.

Reorganizar os núcleos é primordial nesse processo de construção. Ao mesmo tempo, é urgente sair dos diretórios e gabinetes de mandatos para as ruas e praças, promover encontros, debates, atividades culturais, aulas públicas, tanto nas periferias, quanto nas áreas rurais e centros urbanos, gerando abertura com a população para construir ativa e coletivamente o PT.

O PT somente será hegemônico quando em cada bairro houver um espaço partidário aberto às mais distintas atividades políticas, culturais e recreativas. Não basta abriremos comitês somente em época eleitoral, a cada dois anos. Temos que estar inseridos diretamente na vida do povo e de suas organizações.

Devolver a noção de comunidade à agenda política é um pilar para organizar com o povo e reavivar o pluralismo que sempre foi nossa virtude, cultivar a luta e a cultura da liberdade, da igualdade, do socialismo! Essa é uma condição fundamental para reavivar a esperança.

Concluído o PED 2025 é necessário que haja instância coletiva nacional, convocada imediatamente ainda para este ano, com poderes de deliberar sobre a linha política, a atualização programática e a organização partidária.

Além de estabelecer regras para refrear a burocratização partidária e reforçar nossas instâncias legítimas, entre outras necessidades, precisamos favorecer a reimplantação territorial nos locais de moradia, trabalho e estudo, dando maiores poderes aos núcleos de base, incluindo plebiscitos internos que deliberem sobre as principais questões.

Devemos realizar uma busca ativa de filiadas e filiados, uma atualização do nosso cadastro e o lançamento de uma campanha financeira de âmbito nacional, a fim de instituímos uma política de auto sustentação partidária.

A participação parlamentar e administrativa é fundamental em nossa estratégia, mas nosso partido não pode estar subordinado aos mandatos institucionais. A soberania no PT deve ser dos filiados e filiadas, cuja inscrição precisa estar submetida a normas transparentes e condicionada à real inserção na vida partidária.

A inserção local, de base, como espaço essencial de organização

Em tempos de mudanças aceleradas no mundo do trabalho, a presença partidária nos territórios, dialogando com a população, é uma necessidade e uma condição para um partido forte, democrático e socialista, que represente, de fato, a sua classe, a classe trabalhadora em suas mais diferentes formas e transformações.

É essencial haver instâncias locais e comitês de luta compostas por militantes e simpatizantes que moram ou trabalham no território e ali organizam o Partido em diálogo com as necessidades e as demandas da população.

Deve caber aos núcleos e comitês atuarem de forma coletiva com as organizações populares presentes no seu território: sindicatos, movimentos sociais, associações de moradores, grupos de mulheres, jovens e diversas outras coletividades. Estas estruturas são fundamentais para garantir que o PT permaneça conectado às realidades locais e aos desafios enfrentados pelas comunidades e manter a sintonia com os anseios da população da cidade.

Uma das maiores contribuições destas estruturas é fomentar a participação popular nas decisões políticas. Elas são um canal de comunicação entre os membros do partido e a sociedade, permitindo que as vozes, muitas vezes marginalizadas, sejam ouvidas. Além disso, a participação ativa da base é um incentivo à militância política e à formação de lideranças locais, essenciais para a renovação dos quadros do partido. O PT enraizado nos bairros e comunidades pode exercer o papel convocatório e mobilizador para conferências, audiências públicas, assembleias, plebiscitos e tantas outras ferramentas democráticas de decisão das políticas públicas.

Mobilização e formação política

Núcleos e comitês podem e devem atuar como espaços de formação política, qualificando a militância sobre questões sociais, políticas e econômicas. Por meio de cursos, palestras, debates e atividades culturais, é possível promover a conscientização sobre direitos e deveres, capacitando os militantes a se tornarem agentes ativos na luta por mudança.

Esta formação contribui para que os militantes compreendam a importância da ação política e do envolvimento nas esferas de decisão pública. Isso fortalece o poder de mobilização, tanto no território, quanto no próprio partido, pois militantes com formação tornam-se agentes multiplicadores de mobilização e não somente em tempos eleitorais, mas no dia a dia das lutas da comunidade.

Construção de políticas públicas e articulação local

Inserido nos territórios, no espaço de vida cotidiana das populações, é possível identificar e priorizar as demandas locais, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficazes e representativas. Elas têm acesso direto às pessoas, possibilitando um diagnóstico preciso das necessidades sociais e econômicas.

A articulação entre as diversas frentes de atuação do partido facilita a implementação de estratégias que atendam, de fato, as condições de vida da população. Essa articulação se torna fundamental para subsidiar a bancada de vereadores sobre as aspirações mais importantes das comunidades, orientando a linha de discursos e práticas dos parlamentares e dirigentes do partido.

Revitalizar a inserção nos movimentos e a organização de base

A desconfiança da população em relação à política, a fragmentação social e a falta de recursos são obstáculos que dificultam seu funcionamento. A crescente polarização política no Brasil tem gerado tensões que podem enfraquecer a coesão interna do partido e a mobilização da base.

O PT deve, portanto, encontrar formas de revitalizar estes espaços, promovendo um ambiente de unidade e resistência, não “escondendo” as diferenças entre as tendências, mas unificando a prática e as lutas. Para o fortalecimento do PT, é fundamental que as organizações territoriais sejam valorizadas e apoiadas. Isso requer um compromisso do partido em investir na formação de seus militantes e na construção de redes que unem diferentes setores da sociedade.

Esse é um dos grandes desafios que a próxima direção do PT vai enfrentar.

Vivemos tempos difíceis e se faz urgente uma grande ação de fortalecimento das lutas, dos princípios e das bases do PT. O futuro do partido passa pelo reconhecimento do papel fundamental que as organizações de base representam neste contexto, onde precisamos construir uma grande vitória em 2026, nas ruas e nas redes.

Partido precisa mudar para estar à altura dos desafios estratégicos

Só uma direção programaticamente consistente pode dar conta destas grandes tarefas. Chegar a ela é um trabalho conjunto de muitas correntes e militantes.

Agora, no PED, propomos já dar um grande passo: dialogarmos e buscarmos acordos com todos que vem a gravidade da situação, a grandeza das tarefas, a necessidade de uma direção partidária comprometida com sua realização.

Propomos um movimento plural de correntes e militantes que tenham esses objetivos comuns, sem diluir identidade e representatividade, e que compreenda a urgente construção de uma nova direção para o PT capaz de conduzir nossa luta rumo à vitória.